

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 129/2023.

"DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO (COMDEMA), CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE; FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO AMBITO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 38, inciso III, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal, o presente PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

LEI ORDINÁRIA

Capítulo I DA NATUREZA

- **Art. 1º.** Fica reestruturado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente COMDEMA, órgão permanente de caráter deliberativo, consultivo e normativo ligado à estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- § 1°. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente tratará dos assuntos pertinentes ao Meio Ambiente e Recursos Naturais deste Município.
- § 2°. É vedada qualquer manifestação político partidária no âmbito do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
- § 3°. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente tem a função de assessorar o poder executivo municipal na proposição, implementação e fiscalização da Política Municipal de Meio Ambiente, dentre outras atribuições



previstas na legislação municipal.

Art. 2º É garantido o além de livre acesso à informação sobre as atividades do COMDEMA.

Parágrafo único. O município garantirá sistemas de informações ambientais capazes de dar eficiência na gestão e publicidade das informações relevantes à sociedade, passível de integração com o sistema estadual.

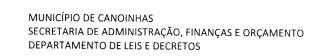
- **Art. 3º.** O município se valerá, entre outros, dos seguintes instrumentos de cooperação institucional:
- I consórcios públicos, nos termos da legislação em vigor;
- II convênios, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, respeitado o art. 241 da Constituição Federal.

Capítulo II

DAS FINALIDADES

- Art. 4°. Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente compete:
- § 1°. Opinar, deliberar e normatizar sobre assuntos ligados a Política Municipal de ação relativa à sua área de abrangência.
- § 2°. Manifestar-se sobre as questões que envolvam interesses diretos e ou indiretos da comunidade, dentre as quais:
- I Receber, analisar, propor, priorizar, motivar e dar encaminhamento as solicitações e aspirações da população, no que se refere á sua área de abrangência.



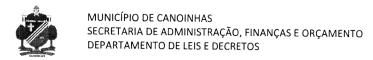


- II Representar perante as autoridades administrativas, os interesses gerais das comunidades urbanas e rurais e o meio ambiente do Município na sua totalidade.
- III Promover e participar com os demais órgãos e entidades da concretização das atividades ligadas ao meio ambiente, nos seus diversos aspectos.
- **IV** Colaborar na organização das atividades das várias entidades ligadas ao setor ambiental.
- **V** Promover reuniões técnicas, seminários, encontros, estudos, pesquisas, conferências, feiras, campanhas, exposições, etc., para aperfeiçoamento da comunidade nas questões afetas ao meio ambiente.
- **VI -** Programar, executar e avaliar as metas estabelecidas, bem como analisar e emitir parecer nas atividades desenvolvidas pelos órgãos e entidades, na área de sua abrangência.
- **VII -** Participar efetivamente no desenvolvimento de programas e atividades desenvolvidas no meio urbano e rural, no que se refere às políticas de meio ambiente e recursos naturais.

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

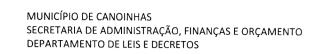
- Art. 5°. Compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente:
- **§ 1º** Apresentar sugestões sobre as diretrizes básicas da política de desenvolvimento do meio ambiente do Município.
- § 2º Traçar normas de utilização racional dos recursos naturais de orientação para apoio e desenvolvimento da agricultura e outras atividades utilizadoras de recursos naturais e potencialmente poluidoras objetivando a proteção do meio ambiente.





- § 3º Sugerir políticas de incentivos à ampliação das áreas de florestas nativas remanescentes, nos termos da legislação Federal, Estadual e Municipal.
- § 4º Servir de órgão consultivo, deliberativo e normativo do governo no que se refere a sua área de atuação.
- § 5º Sugerir normas e ações que facilitam a compatibilização dos currículos das escolas da rede pública à educação ambiental, sem prejuízo do programa oficial da Secretaria Estadual ou Municipal de Educação.
- § 6º Sugerir normas e ações junto aos estabelecimentos de ensino do município, a respeito do meio ambiente e questões relativas ao tema, envolvendo corpo discente e docente no debate e em ações conexas.
- § 7º Elaborar seu Regimento Interno, editando-o por Resolução.
- **§ 8º** Apoiar, participar e liderar programas de recuperação e conservação dos recursos naturais renováveis.
- § 9º Editar Resoluções sobre matérias de sua competência.
- § 10. Promover a educação ambiental;
- § 11. Compete ainda:
- a) formular e aprovar a política ambiental do Município e acompanhar a sua execução, promovendo reorientações, quando entender necessário;
- **b)** estabelecer normas e padrões de proteção, conservação e melhoria do meioambiente, observadas a legislação federal e estadual;
- c) decidir sobre a aplicação dos recursos orçamentários para a preservação do meio-ambiente;





- **d)** deferir ou indeferir as solicitações de realização dos estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos e privados, requisitando das Entidades envolvidas as informações necessárias;
- **e)** definir áreas prioritárias de ação governamental relativa ao meio-ambiente, visando a preservação e melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;
- f) decidir, como última instância administrativa em grau de recursos, sobre multas e outras penalidades impostas pela Unidade Administrativa do Meio Ambiente;
- **g)** receber, analisar e encaminhar para providências cabíveis denúncias de origem popular sobre agressão ao meio ambiente;
- h) estimular e acompanhar a educação ambiental na rede municipal, estadual e particular de ensino;
- i) propor e participar da elaboração de campanhas educativas relativas a problemas de saneamento básico, despoluição das águas, de ar e do solo, combate de vetores e proteção da fauna e da flora;
- j) requerer o uso do poder de polícia nos casos de infração a legislação em vigor ou de inobservância de normas e padrões estabelecidos, propondo a criação de mecanismos e instrumentos que viabilizem a efetiva fiscalização ambiental, no intuito de garantir a sua eficácia.

Capítulo IV DA COMPOSIÇÃO

Art. 6°. Atendendo o critério de paridade entre as instituições do Poder Público e Sociedade Civil local, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente é constituído por:



- I Membros do Poder Público: 03 Membros efetivos e respectivos suplentes indicados pelo Poder Executivo.
- II Membros da Sociedade Civil local: 03 Membros efetivos e respectivos suplentes indicados por entidades da Sociedade Civil:
- § 1º Todos os membros terão direito a voz e voto nas reuniões.
- § 2º As designações serão feitas pelo Prefeito, mediante indicação dos órgãos representados e a nomeação ocorrerá por Portaria.
- § 3º As funções de membro do Conselho serão exercidas pelo prazo de até 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.
- § 4º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém, consideradas como de relevante serviço público.

Capítulo V

DO FUNCIONAMENTO

- **Art. 7º** O apoio técnico e administrativo para o Conselho Municipal será prestado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **Art. 8º** O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, na forma estabelecida em seu Regimento Interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo Prefeito ou pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.
- § 1º As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos ou seus suplentes, observado quórum de pelo menos, o primeiro número superior a metade de seus membros e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto em todas as votações.



- § 2º A critério do Presidente do Conselho, poderão participar convidados, esclarecendo-se antecipadamente se lhes será concedido o direito a voz.
- **Art. 9º** As funções de Secretaria Executiva do Conselho poderão ser exercidas mediante designações feitas pelo Presidente do Conselho, dentre servidores municipais.
- **Art. 10.** A Secretaria Municipal de Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo e financeiro, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos ou entidades nele representados.
- **Art. 11.** O membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem apresentar justificativas, será considerado demitente cabendo ao Presidente do Conselho solicitar a entidade ou comunidade a indicação de outro conselheiro.
- **Art. 12.** O que ocorrer nas Assembleias deverá constar em ata, aprovada e assinada pelos membros do conselho.

Capítulo VI

DA FISCALIZAÇÃO E IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES

- **Art. 13.** Os agentes públicos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ficam investidos na atribuição para exercício da fiscalização ambiental.
- **Art. 14.** As ações e procedimentos relacionados à fiscalização ambiental municipal devem ser padronizados e normatizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, por Decreto.
- **Art. 15.** As sanções administrativas constituem-se das penalidades e medidas preventivas, previstas nas legislações federal, estadual e municipal, sendo aplicadas em processo administrativo infracional da Secretaria Municipal de Meio



Ambiente.

§ 1º Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade

ambiental, o órgão que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas

para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente à

Secretaria Municipal de Meio Ambiente para as providências cabíveis.

§ 2º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício pelos entes

federativos da atribuição comum de fiscalização da conformidade de

empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou

utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor,

prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a

atribuição de licenciamento ou autorização a que se refere o caput.

Capítulo VII

Da Natureza e Finalidades do Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA)

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, não

autônomo, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de

planos, programas e projetos que visem ao uso racional dos recursos ambientais,

à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à

promoção da educação ambiental.

§ 1º O Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira,

é vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e tem como gestor

financeiro o Secretário de Meio Ambiente e o Prefeito Municipal.

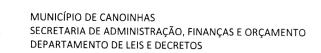
§ 2º O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e

materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Capítulo VIII

Da Administração do FMMA

CANOINHAS



- **Art. 17.** O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em articulação com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que terá as seguintes atribuições:
- I Elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo-a a apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, na época e forma determinadas em Lei ou regulamento;
- II Organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físicofinanceiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- III Celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo:
- IV Ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;
- ${f V}$ Outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;
- VI Prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.
- **Art. 18.** A execução dos recursos Fundo será aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que terá competência para:
- I. Definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo:
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos;
- III. Apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Secretaria



Municipal de Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes para inclusão no orçamento do Município;

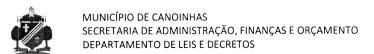
- **IV.** Aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- V. Apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar.
- **VI.** Outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.

Capítulo IX

Dos Recursos

- Art.19. Constituirão recursos do FMMA aqueles a ele destinados provenientes:
- I Dotações orçamentárias e créditos adicionais, na forma regulamentar;
- II Penalidades pecuniárias delas decorrentes, na forma regulamentar;
- III Transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;
- IV Acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;
- V Doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VI Multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;





- VII Rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;
- VIII Outros destinados por lei.
- **Art. 20.** São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do FMMA os planos, programas e projetos destinados a:
- I Criação, manutenção e gerenciamentos de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;
- II Educação ambiental;
- III Desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;
- IV Pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;
- V Manejo dos ecossistemas e extensão florestal;
- VI Aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;
- **VII** Desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;
- **VIII -** Pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;
- IX Aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;
- X Contratação de consultoria especializada;



XI - Financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único. Os planos, programas e projetos financiados com recursos do FMMA serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e diretrizes da política municipal de meio ambiente.

Art. 21. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 22. Aplicam-se ao Fundo, instituído por Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundo assemelhados.

Capítulo X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. Fica facultado ao município o exercício do licenciamento ambiental por meio de consórcios intermunicipais, com atribuição para análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento ambiental, desde que devidamente instituído por lei.

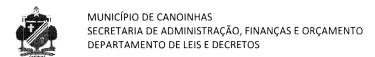
Art. 24. As dúvidas e casos omissos serão apreciados e resolvidos pelo colegiado de membros, em sessões observadas às disposições legais.

Art. 25. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que for necessário.

Art. 26. As entidades organizadas poderão voluntariamente substituir seus representante no Conselho.

Art. 27. No prazo de noventa (90) dias, o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente se adequará ao disposto nesta lei.





- Art. 28. As despesas decorrentes da presente legislação correrão por conta das dotações consignadas no orçamento em vigor.
- Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especialmente os artigos 2º a 20 da Lei Municipal n. 6.527, de 15 de julho de 2020.

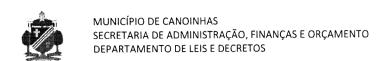
Canoinhas/SC, datado e assinado digitalmente.

JULIANA MACIEL
Assinado de forma digital por JULIANA
MACIEL HOPPE.073.101.3977
HOPPE:0763101
3977
Assinado de forma digital por JULIANA
MACIEL HOPPE.073.101.3972
Naciella Forda de Juliana Secretaria da Receta Federal do Barsila File, ouest Belle C-DF
A3, ou-lem branco), cn=JULIANA MACIEL
HOPPE.073.101.397
Dados: 2023.11.20 16:37.02-03'00'

JULIANA MACIEL HOPPE

Prefeita





JUSTIFICATIVA

Prezados Senhores, Nobres Vereadores;

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação de Vossas Excelências, o presente Projeto de Lei Ordinária que "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO (COMDEMA), CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE; FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO AMBITO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES."

Trata-se de propositura objetivando adequar a estrutura do Poder Executivo em conformidade com as exigências da Resolução CONSEMA/SC nº 117.

Portanto ilustres e nobres senhores Vereadores, aí estão, de modo claro e sucinto, os superiores motivos que impõem o presente Projeto de Lei Ordinária, que certamente encontrará a melhor ressonância na sábia compreensão de Vossas Excelências, que serão fielmente aquilatados e representados em todo o seu dimensionamento, dos quais solicito o imprescindível apoio e colaboração no que respeita a sua pronta aprovação.

Certo de que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmamos na oportunidade, os melhores protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Canoinhas/SC, datado e assinado digitalmente.

JULIANA MACIEL Assinado de forma digital por JULIANA MACIEL HOPPE:07631013977

HOPPE:0763101

HOPPE:0763101

HOPPE:0763101

Recitation of the properties of the pro

JULIANA MACIEL HOPPE

Prefeita

